



Reunião ampliada da **REGIÃO 3**

Prestação de contas físico-financeira e atualização sobre os anexos do Acordo Judicial

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Objetivos da Reunião

- Apresentar a execução finalística e financeira do Plano de Trabalho 06, regido pelo Termo de Compromisso de 2023;
- Atualizar as pessoas atingidas sobre o andamento dos anexos do Acordo:
 - Anexo 1.3;
 - Anexo 2;
 - Anexo 1.2.

Pautas

- Prestação de contas financeira
- Prestação de contas finalística
- Apresentação do Jornal Reparação
- Atualização sobre os anexos

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA

(Fabrício Assis)

Síntese comparativa da execução financeira – Trimestre Jan a Mar 2026 – Remanescente

REMANESCENTE	ACUMULADO NO PERÍODO		
Rubrica	Orçado	Realizado	Diferença
1 - PESSOAL	730.563,06	811.637,57	-81.074,52
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	87.311,72	84.291,13	3.020,59
3 - CONSULTORIAS	9.949,91	3.839,14	6.110,78
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	19.127,15	7.656,24	11.470,92
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	29.995,73	7.641,87	22.353,86
6 - TRANSPORTE	47.824,38	36.952,61	10.871,77
7 - ALIMENTAÇÃO	30.200,50	21.952,55	8.247,95
8 - VIAGENS	14.023,40	7.157,06	6.866,34
9 - TARIFAS E TAXAS	22.031,14	13.476,91	8.554,23
Total	991.026,99	994.605,07	-3.578,08

Síntese comparativa da execução financeira – Trimestre Jan a Mar 2026 – Anexo I.1

ANEXO I.1	ACUMULADO NO PERÍODO		
Rubrica	Orçado	Realizado	Diferença
1 - PESSOAL	2.321.666,17	2.570.185,65	-248.519,48
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	206.238,81	266.921,91	-60.683,10
3 - CONSULTORIAS	22.587,77	12.157,26	10.430,51
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	46.178,62	24.244,74	21.933,87
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	68.094,74	24.199,25	43.895,49
6 - TRANSPORTE	214.780,81	117.016,60	97.764,21
7 - ALIMENTAÇÃO	98.375,50	69.516,41	28.859,09
8 - VIAGENS	90.627,80	22.664,04	67.963,76
9 - TARIFAS E TAXAS	50.013,95	42.676,87	7.337,08
Total	3.118.564,17	3.149.582,74	-31.018,57

Síntese comparativa da execução financeira – Trimestre Jan a Mar 2026 – Global

CONSOLIDADO	ACUMULADO NO PERÍODO		
Rubrica	Orçado	Realizado	Diferença
1 - PESSOAL	3.052.229,23	3.381.823,22	-329.593,99
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	293.550,54	351.213,04	-57.662,50
3 - CONSULTORIAS	32.537,68	15.996,40	16.541,28
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	65.305,77	31.900,98	33.404,79
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	98.090,47	31.841,12	66.249,35
6 - TRANSPORTE	262.605,19	153.969,21	108.635,98
7 - ALIMENTAÇÃO	128.576,00	91.468,96	37.107,04
8 - VIAGENS	104.651,20	29.821,10	74.830,10
9 - TARIFAS E TAXAS	72.045,09	56.153,78	15.891,31
Total	4.109.591,16	4.144.187,81	-34.596,65

Informações referentes a análise de dispêndios Ernst & Young (EY) - 01/2026 a 03/2026

Análise de Dispêndios – 01/2026 e 03/2026

- O total selecionado na amostra referente aos meses de jan/26 e fev/26 corresponde a 86,93% do valor total reportado;
- O total selecionado na amostra referente ao mês de mar/26 (Anexo I.1) correspondeu a 87,15% do valor total de dispêndios informados no período;
- 100% dos valores executados foram considerados como previstos no Plano de Trabalho;
- Não houve dispêndios executados com documentação suporte ausente ou insuficiente;
- Ponto de atenção: valores que ultrapassaram o orçamento mensal previsto no PTr

Execução financeira – linha 11R

LINHA 11R	ACUMULADO NO PERÍODO			
Rubrica	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Total
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	-----	-----	-----	R\$ 0,00
TRANSPORTE	R\$ 1.111,00	R\$ 527,04	R\$ 1.350,24	R\$ 2.988,28
ALIMENTAÇÃO	R\$ 659,63	R\$ 618,72	R\$ 539,70	R\$ 1.818,05
VIAGENS	R\$ 5.750,72	-----	R\$ 822,00	R\$ 6.572,72
Total	R\$ 7.521,35	R\$ 1.145,76	R\$ 2.711,94	R\$ 11.379,05

- No período de Janeiro a Março de 2026 a Rede executou o valor total de **R\$ 11.379,05**

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

(Reginaldo Junior)

Eixos do Plano de Trabalho 06

- Gestão
- Participação Informada e Organização Social
- Anexo 1.1
- Anexo 1.2
- Anexos 1.3 e 2



Número de Agendas

334

Horas Totais de Agendas

2.756

Agendas Faltando Evidê...

0

Contagem de Comissões

64

Página Inicial

Indicadores Gerais

Tabela

Planejado x Realizado

Atividades

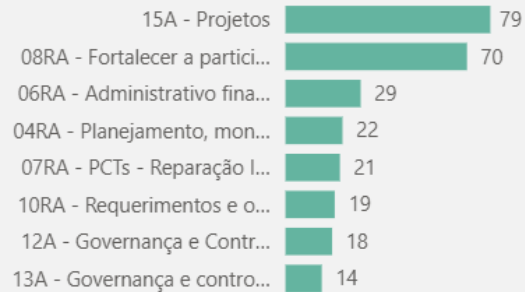
Timesheet

Custo Operacional

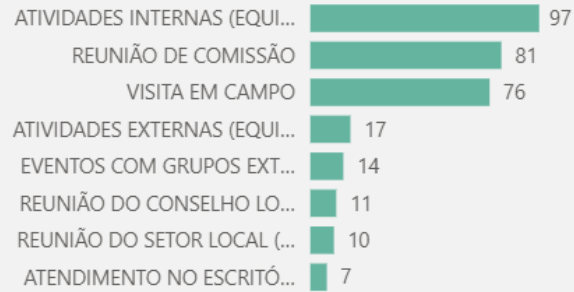
Calendário

Jornadas

Agendas por Atividade



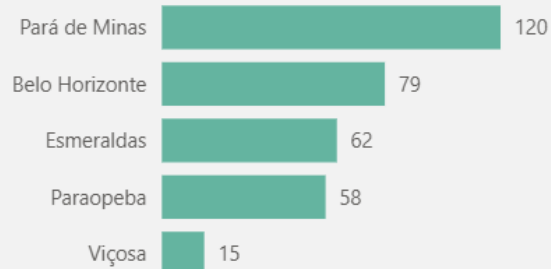
Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



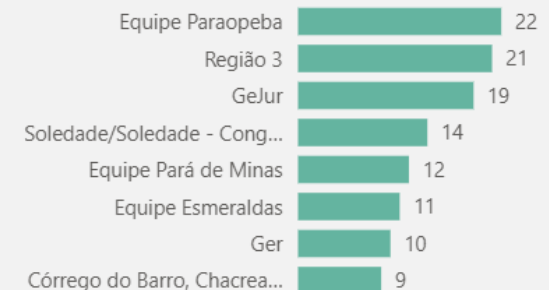
Agendas por Escritório



Agendas por Município



Agendas por Comissão



Última Atualização:
14/05/2026 12:18:45

Todas as agendas

INDICADORES GERAIS - AGENDAS



Número de Agendas

63

Horas Totais de Agendas

1.075

Agendas Faltando Evidê...

0

Contagem de Comissões

14

Página Inicial

Indicadores Gerais

Tabela

Planejado x Realizado

Atividades

Timesheet

Custo Operacional

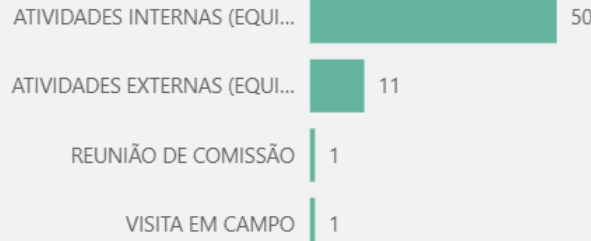
Calendário

Jornadas

Agendas por Atividade



Agendas por Tipo de Atividade



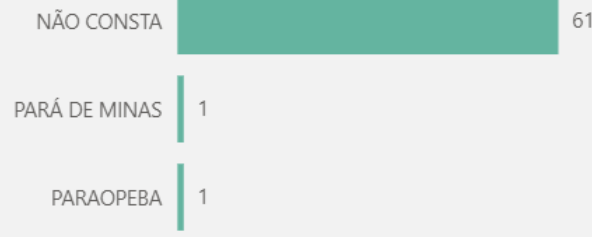
Agendas por Objetivo Específico



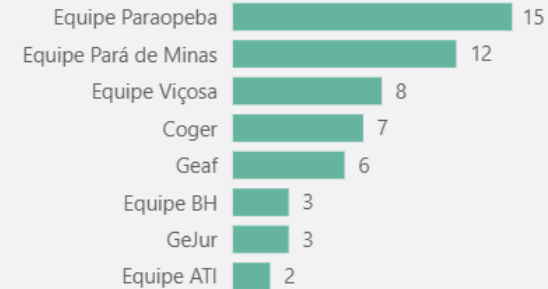
Agendas por Escritório



Agendas por Município



Agendas por Comissão



Última Atualização:
14/05/2026 12:18:45

Gestão

INDICADORES GERAIS - AGENDAS



Número de Agendas

114

Horas Totais de Agendas

920

Agendas Faltando Evidê...

0

Contagem de Comissões

42

Página Inicial

Indicadores
Gerais

Tabela

Planejado x
Realizado

Atividades

Timesheet

Custo
Operacional

Calendário

Jornadas

Agendas por Atividade



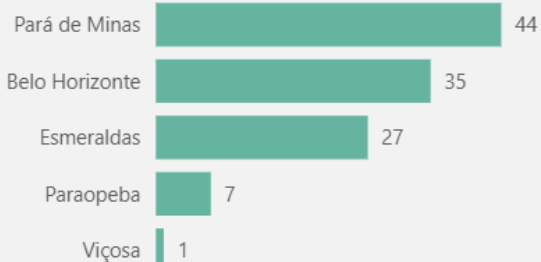
Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



Agendas por Escritório



Agendas por Município



Agendas por Comissão



Última Atualização:

14/05/2026 12:18:45

**Participação
Informada e
Organização
Social**

INDICADORES GERAIS - AGENDAS



Número de Agendas

121

Horas Totais de Agendas

586

Agendas Faltando Evidê...

0

Contagem de Comissões

50

Agendas por Atividade



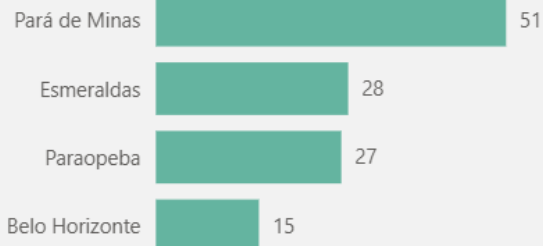
Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



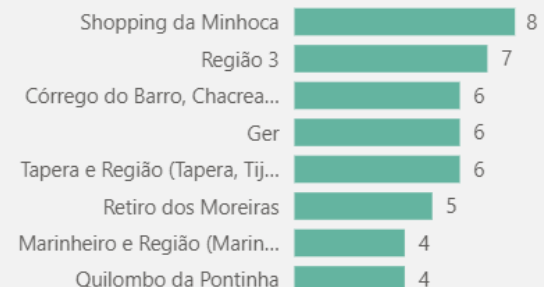
Agendas por Escritório



Agendas por Município



Agendas por Comissão



Última Atualização:
14/05/2026 12:18:45

Anexo
I.1

INDICADORES GERAIS - AGENDAS



Número de Agendas

6

Horas Totais de Agendas

77

Agendas Faltando Evidê...

0

Contagem de Comissões

4

Página Inicial

Indicadores
Gerais

Tabela

Planejado x
Realizado

Atividades

Timesheet

Custo
Operacional

Calendário

Jornadas

Agendas por Atividade

12R - PTR - Apoio Residual 6

Agendas por Tipo de Atividade

ATIVIDADES INTERNAS (EQUI... 4

ATENDIMENTO NO ESCRITÓ... 1

ENCONTRO REGIONAL 1

Agendas por Objetivo Específico

Anexo 1.2 6

Agendas por Escritório

Belo Horizonte 5

Pará de Minas 1

Agendas por Município

NÃO CONSTA 4

CAETANÓPOLIS 1

FLORESTAL 1

FORTUNA DE MINAS 1

MARAVILHAS 1

PAPAGAIOS 1

PARÁ DE MINAS 1

PARAOPEBA 1

Agendas por Comissão

GeJur 3

Equipe Paraopeba 1

Região 3 1

Tapera e Região (Tapera, Tij... 1

Última Atualização:

14/05/2026 12:18:45

**Anexo I.2
PTR**

INDICADORES GERAIS - AGENDAS



Número de Agendas

30

Horas Totais de Agendas

98

Agendas Faltando Evidê...

0

Contagem de Comissões

20

Página Inicial

Indicadores
Gerais

Tabela

Planejado x
Realizado

Atividades

Timesheet

Custo
Operacional

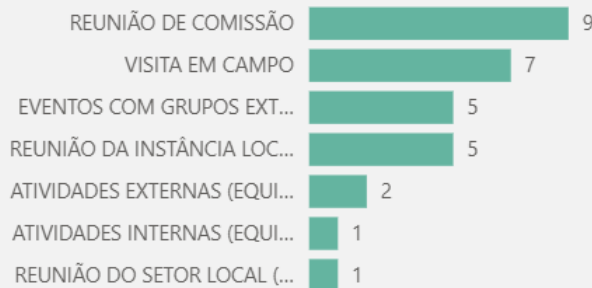
Calendário

Jornadas

Agendas por Atividade



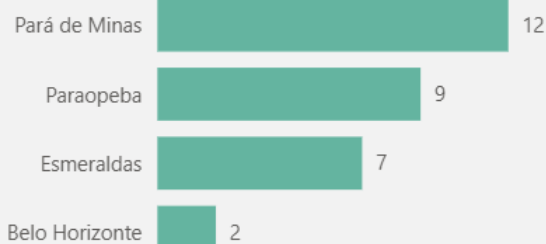
Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



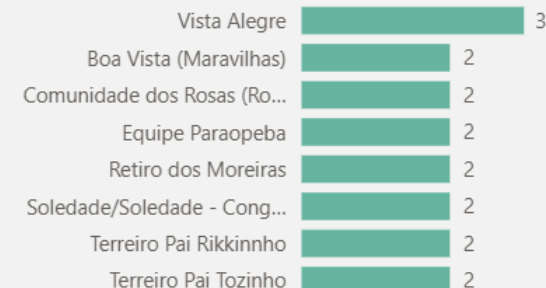
Agendas por Escritório



Agendas por Município



Agendas por Comissão



Última Atualização:

14/05/2026 12:18:45

**Anexo I.3
e
Anexo II
(Reparação
Socioambiental)**

JORNAL REPARAÇÃO

Edição #14

Jornal
Reparação
Março 2026
Nº 14

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE
DE COMUNIDADES AFETADAS
POR BARRAGENS

A LENTA RECUPERAÇÃO DO PARAOPEBA

Em sete anos, dragagem do rio nem alcançou os 3 km.
Faltam 300 **Páginas 6 e 7**



Ilustração: Sara Abdulkam

AUXÍLIO EMERGENCIAL Pessoas atingidas seguem recebendo, mas Vale não quer pagar mais nada página 3	ANEXO 1.1 Comissões brigam para obter mais recursos para as pessoas atingidas página 4	ANEXO 1.3 PARA PCTS Cursos têm início em Paraopeba; outros municípios ainda aguardam página 8
--	--	---

Caetanópolis • Esmeraldas • Florestal • Fortuna de Minas • Maravilhas • Papagaio • Parí de Minas • Paraopeba • Pequi • São José da Varginha

NACAB

JORNAL REPARAÇÃO

Reparação Socioambiental lenta e arrastada



Socioambiental

Marcos Oliveira

Vale “empurra” reparação ambiental do rio Paraopeba

Inconsistências em projetos da mineradora e pedidos por mais prazo deixam as pessoas sem o rio por mais tempo

Marcos Oliveira / Nacab

Os primeiros meses de 2026 não trouxeram grandes novidades sobre a recuperação socioambiental do Paraopeba, o que amplia as incertezas da população atingida sobre quando poderá voltar a acessar o rio.

No dia 16/01, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) emitiu o ofício nº 28/2026, reprovando o Projeto Conceitual da Reparação do Rio Paraopeba, apresentado pela Vale. O documento conta com 117 inadequações ou ajustes necessários, com revisão prevista, inicialmente, para 16/02. Entretanto, a Vale solicitou a ampliação do período para a apresentação da nova versão do projeto para 27/05, atrasando ainda mais a reparação.

Além disso, no dia 19/02, a mineradora protocolou uma carta informando novas datas para a conclusão da operação de dra-

gagem do Trecho 1 do rio Paraopeba, que tem 3 quilômetros de extensão. Inicialmente prevista para ser concluída em março de 2026, esta etapa, segundo a Vale informou, só será entregue em junho.

Ribeirinha e moradora de Vista Alegre, em Esmeraldas, Helia Baeça demonstra tristeza e indignação em relação a essa demora.

“Os prazos para a reparação dos danos já estão estourados. Infelizmente, não percebemos nenhuma ação de reparação do rio e do meio ambiente. Estamos em uma escuridão de informações e de percepções. Se houvesse transparência e diálogo, poderíamos, conjuntamente, propor ações”.



Helia Baeça
Comunidade de Vista Alegre (Esmeraldas)

Para Hugo Salis, da Gerência de Reparação da ATI Paraopeba Nacab, esses atrasos tendem a tornar o custo ambiental do desastre-crime maior e mais complexo. “Isso é preocupante, porque a exposição prolongada de rejeitos, no leito e nas margens do rio, compromete a sua regeneração natural e deixa as comunidades mais tempo privadas de suas atividades rotineiras, fragilizando o território”, ele conclui.

Segundo informações da AECOM, auditora da reparação socioambiental, a dragagem do Trecho 2 (de 3 a 6 km) estava prevista para iniciar em maio de 2026, mas após as últimas solicitações da Vale será preciso acompanhar o portal da auditoria sobre eventuais atualizações no cronograma.



Socioambiental

7
Pedro Reinaux e Marcos Oliveira

Comunidades se organizam para garantir saneamento na reparação

Iniciativa parte dos próprios moradores e visa garantir recursos do Anexo 2.2

O Anexo 2.2 trata da compensação socioambiental dos danos já conhecidos e prevê ações de saneamento básico na Bacia do Paraopeba. Com cerca de R\$ 1,41 bilhão previstos, os projetos devem ser executados pelas prefeituras, em parceria com órgãos estaduais, com acompanhamento de auditoria independente.

Nos últimos anos, as comunidades têm se organizado para participar desse processo, realizando levantamentos e mapeamentos dos territórios e discutindo alternativas de saneamento mais sustentáveis, que respeitem o solo e a água. Esse diálogo com o poder público acontece principalmente por meio das comissões especiais e câmaras temáticas, que vêm se fortalecendo em alguns municípios, como Pequi e Esmeraldas.

“Onde as comissões estão mais fortalecidas, o processo anda melhor”, diz Antônio

Carlos Sousa, da Assessoria Estratégica da ATI. “Esse espaço é importante, tanto para a reparação quanto para o fortalecimento da cidadania”, ele destaca. Em Pará de Minas, por exemplo, as comunidades já indicaram interesse em tecnologias como os TEvap (sigla para Tanques de Evapotranspiração, alternativa ecológica às fossas tradicionais), mas os estudos ainda não avançaram, e a ATI segue apoiando na busca por alternativas.

Na comunidade de Muquém, em Pará de Minas, o senhor Antônio Brochado destaca que as comunidades têm acompanhado de perto o processo, junto às prefeituras e às ATIs, buscando contribuir na construção e na implementação das propostas: “Nós, atingidos, somos os mais interessados em ver a proposta que sugerimos sendo de fato implementada”, ele diz.

Projetos de Segurança Hídrica

Parte do Programa de Reparação Socioambiental, o Anexo 2.3 prevê a execução de obras e iniciativas de médio e longo prazo para aumentar a produção de água de qualidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), interligando sistemas, nas Bacias do Paraopeba e Rio das Velhas, garantindo o abastecimento.

Obrigação de pagar da Vale e responsabilidade do governo de Minas Gerais, suas principais iniciativas são a adutora R10-R13, que interligará os Sistemas Bacia do Paraopeba (SBP) e Rio das Velhas (SRV), e a ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA) Rio Manso, aumentando a vazão para 10,3 metros cúbicos por segundo e implantando mais 6 mil metros de adutora, chegando até um reservatório no município de Contagem.

Os recursos para os Projetos de Segurança Hídrica são de R\$ 3,5 bilhões, considerando a correção monetária e os rendimentos.

JORNAL REPARAÇÃO

Novo Auxílio Emergencial Anexo 1.1



No dia 05/03, pessoas atingidas de toda a Bacia acompanharam, na porta do Tribunal, a votação que derrubou uma ação da Vale contra o Novo Auxílio Emergencial.

Auxílio Emergencial

Novo Auxílio Emergencial continua em aberto na Justiça

Fabiano Azevedo

Disputa judicial sobre o repasse ainda está em curso: Vale alega que já pagou tudo o que devia às pessoas atingidas

O Novo Auxílio Emergencial (NAE) segue sendo pago mensalmente às pessoas atingidas pelo desastre-crime da barragem de Brumadinho, em 2019, ainda que de forma liminar (ou seja, como medida provisória, pois sua manutenção ainda está sendo discutida na Justiça). Têm direito ao auxílio as pessoas que recebiam e foram cadastradas no Programa de Transferência de Renda (PTR), instituído no âmbito do Acordo Judicial de Reparação de 2021, o PTR foi extinto quando os R\$ 4,4 bilhões previstos para ele, no Acordo, acabaram. Agora, seu cadastro é usado, provisoriamente, para que o NAE seja pago a quase 165 mil pessoas. Caso o auxílio seja instituído em definitivo, os critérios para o cadastramento deverão ser rediscutidos e mais pessoas devem ser incluídas.

O NAE resulta de uma Ação Civil Pública ajuizada no início de 2025 por associações representativas de pessoas atingidas. A ação defende que o auxílio seja implementado com base na Lei nº 14.755, a PNAB (Política

Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens). Ela garante o direito ao "auxílio emergencial (...), que assegure a manutenção dos níveis de vida até que as famílias e indivíduos alcancem condições pelo menos equivalentes às precedentes". Após intensa briga judicial – que ainda está em curso – o NAE começou a ser pago em dezembro do ano passado.

Justiça dá passos importantes em favor da continuidade do Auxílio

No dia 05/03, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) derrubou um recurso da Vale que questionava o NAE. A Justiça mineira sinalizou que é favorável à continuidade do repasse, por entender que a Reparação Integral ainda não ocorreu, em concomitância com a PNAB. O Nacab defendeu, em nota técnica enviada às Instituições de Justiça, em abril de 2025, que a verba emergencial tem natureza acessória, ou seja, não se insere propriamente na reparação aos danos causados pelo rompimento, mas serve para man-

ter as pessoas atingidas em condições de aguardar que tal reparação ocorra. Dessa forma, deveria existir o auxílio até a reparação total dos danos, principalmente dos individuais e os supervenientes.

A expectativa é que esse seja, também, o entendimento da maioria dos 25 desembargadores que compõem o Órgão Especial do TJMG. Eles vão votar uma Reclamação da Vale, impetrada no fim de 2025, alegando que uma decisão da Justiça – o Acordo homologado em 2021 – foi descumprida com a criação de um novo auxílio. O juiz Murilo Silvío de Abreu, responsável pelo caso, reitera em suas argumentações que, neste caso, o que está em pauta não é mais o Acordo, mas a PNAB.

Ainda não há data para ocorrer a votação do Órgão Especial, mas espera-se que as pessoas atingidas se mobilizem para comparecerem à manifestação no dia desse julgamento. A presença delas ajuda a pressionar a opinião pública e a sensibilizar os magistrados pela manutenção de um direito fundamental, previsto em Lei e que segue ameaçado.

Anexo 1.1 Entidade Gestora divulga regras de Crédito e Microcrédito

Proposta piloto de microcrédito, que seria iniciada em março, foi suspensa pelas Instituições de Justiça

Em março, a Entidade Gestora (EG) do Anexo 1.1 divulgou a proposta de crédito e microcrédito direcionada às pessoas atingidas e organizada em três formas de funcionamento, com base nas Finanças Solidárias: instituições de microcrédito, bancos comunitários de desenvolvimento e fundos rotativos solidários.

Parceira da EG, a Crédito Solidário – Microfinanças, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP) apresentou duas linhas de microcrédito, uma para pequenos empreendedores (produtivo e orientado), com valores de até R\$ 21 mil; e outra para negócios maiores, que precisam investir mais (crédito produtivo estruturado), com valores de até R\$ 50 mil.

As duas linhas seguem a legislação que orienta a atuação das OSICIP de microcrédito e possuem juros de 2% com bônus de adimplência, ou seja, quem fizer o pagamento no prazo não paga juros, além de seis meses de carência e 36 meses para a quitação.

As pessoas atingidas demonstraram preocupação com o endividamento das famílias atingidas e a falta de participação na construção da proposta. "Estamos há mais de 7 anos nessa luta e nossa renda foi muito afetada. Como podemos falar de governança participativa desse jeito? Independente dos valores e das possibilidades, nós, atingidos, precisamos passar pelo processo de construção da proposta", afirmou Marilei Alves, do Shopping da Minhoca.

Entenda a proposta da Entidade Gestora

Duas linhas de microcrédito

- Produtivo e orientado**
 - Para pequenos empreendedores até R\$ 21 mil
 - Juros de 2% com bônus de adimplência
 - 6 meses de carência
 - Até 36 meses para a quitação
- Produtivo estruturado**
 - Para negócios maiores até R\$ 50 mil
 - Quem faz o pagamento no prazo não paga juros
 - Adequação à legislação que orienta as OSICIP de microcrédito

Embora os valores de R\$ 21 mil e R\$ 50 mil tenham sido apresentados pela Crédito Solidário como limites legais e de mercado, a Entidade Gestora enfatizou que as condições específicas (juros, carência e prazos) não estão fechadas e serão decididas nas instâncias de governança dos atingidos, nos meses de abril e maio de 2026.

Para acessar o crédito, a pessoa deve solicitar e apresentar as informações básicas para o enquadramento na linha mais adequada. Em seguida, é montado um cadastro, feita uma conversa de orientação financeira e o pedido passa por uma análise. Se

aprovado, o recurso é liberado e, depois disso, há um acompanhamento, inclusive em casos de atraso ou necessidade de renegociação.

Durante a apresentação também foi feita uma proposta piloto de microcrédito social, com valor de até R\$ 2.500 e condições de pagamento iguais às outras duas linhas, para ajudar em despesas essenciais. A proposta foi suspensa pela EG, que levou em consideração um ofício enviado pela Rede de Atingidos da R3 às Instituições de Justiça, apontando dificuldades no entendimento e questionando a falta de participação na criação da linha piloto.

JORNAL REPARAÇÃO

Estudos de Risco à Saúde Anexo 1.3 (PCTs)

ERSHRE

9 JORNAL REPARAÇÃO 5
Marcio Martins e Marcos Oliveira

Lentidão dos estudos de risco à saúde preocupa a Região 3

Relatórios da fase 1 devem ser divulgados apenas em 2027 e nova empresa, responsável pelas análises, precisará refazer as coletas para a fase 2

Passados sete anos do rompimento, a demora na apresentação dos resultados e a falta de avanço nos Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) causa indignação à população atingida, que segue a vida sem saber quais foram os impactos reais do desastre-cri-me causado pela Vale, em 2019, e os riscos aos quais está exposta, pela falta de conclusões sobre o assunto.

Em março, a Environmental Resources Management (ERM), multinacional de consultoria ambiental que assumiu os trabalhos em 2025, no lugar do Grupo EPA, se reuniu com o Nacab e a AECOM, auditora socioambiental do Acordo de Reparação. A empresa apresentou o atual cenário dos estudos, e o que foi mostrado preocupa, especialmente no que diz respeito a cronograma e necessidade de revisões.

Duante a conversa, a ERM informou que está sistematizando os dados da Fase 1 (realizada pelo Grupo EPA, de 2019 a 2024) e que as informações sobre a Re-

gião 3 devem ser compartilhadas para as comunidades apenas em 2027. Os primeiros relatórios contemplarão a Região 1, com previsão de devolutivas ainda no primeiro semestre de 2026, começando por Brumadinho.

A consultoria ambiental também informou que as coletas realizadas pelo grupo EPA para a fase 2, e que incluíam amostras de solo, sedimentos, água, hortaliças, ovos, leite, dentre outras, foram invalidadas e precisarão ser refeitas, o que representa mais tempo para a divulgação dos resultados e mais recursos gastos com as mesmas atividades. Os custos para a realização dos ERSHRE, pagos diretamente pela Vale, não têm divulgação oficial.

O planejamento da ERM prevê a elaboração de um plano de comunicação, com o cronograma e etapas, que tem o objetivo de orientar políticas de reparação e proteção à saúde e ao meio ambiente. Além disso, será feita uma campanha de identificação das lideranças locais e dos pontos estratégicos ao trabalho.



“O Grupo EPA ficou anos a fio ‘estudando’ o território e nada entregou. Coletas foram feitas. Dados foram levantados. E o que acontece agora? A ERM, empresa contratada na sequência, vai ter que refazer coletas que já foram realizadas. Refazer. Do zero. Como se o tempo e a vida das pessoas atingidas não valessem nada. Como se submeter um atingido a mais uma coleta, mais uma entrevista, mais um formulário, mais uma espera, fosse algo trivial.”

ROGERIO GIANNETTI
Membro da Rede de Atingidos e Atingidas da Região 3

Portal Auditoria Socioambiental AJRI
É preciso inserir CPF e data de nascimento para entrar no portal.

Os Estudos de Risco estão divididos em 5 fases:



Dados do site da AECOM

9 JORNAL REPARAÇÃO

Iara Mireu e Marcio Martins

Anexo 1.3 Povos e Comunidades Tradicionais celebram início de formações

Cursos são fruto de muita luta de grupos atingidos na Bacia do Paraopeba

Após anos de luta pela garantia dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) no processo de reparação da Bacia do Paraopeba, alguns avanços estão acontecendo no âmbito do Anexo 1.3 do Acordo de Reparação. Em fevereiro, foram iniciados cursos em duas casas de umbanda de Paraopeba: Aldeia das Folhas Tenda Pai Julião das Almas e Terreiro de Oxóssi Sultão das Matas.

Na Aldeia das Folhas os cursos são de fabricação de instrumentos, com o mestre Fernando, e de percussão, com o mestre Bruno Batista, voltados à formação musical e à preservação dos ritmos sagrados e instrumentos tradicionais afrobrasileiros. Cada curso conta com 20 inscritos, todos filhos de santo da casa de umbanda.

“O pessoal da Aldeia das Folhas está satisfeito com esse início. As expectativas são boas para o crescimento, o aprendizado, o desenvolvimento e o fortalecimento da comunidade. É com muita esperança que a gente inicia esses cursos, porque a gente está em busca da reparação, em busca de novos horizontes”, comenta o líder religioso da casa, Pai Tozinho.

No Terreiro Oxóssi Sultão das Matas foi iniciado um curso de informática, aberto à comunidade

do Quilombo da Pontinha. Todos os 30 participantes ficarão com o equipamento, que inclui notebooks e apostilas, após concluírem o curso.

Outros grupos tradicionais que vão receber cursos de capacitação por meio do Anexo 1.3 estão localizados em Esmeraldas. O processo de consulta e pactuação com esses grupos foi no fim de 2023, e só agora, após mais de dois anos, os cursos vão começar. Segundo previsão da mineradora e do Comitê Pró-Brumadinho, responsável do governo por acompanhar o Anexo 1.3, os cursos em Esmeraldas se iniciam ainda no primeiro semestre.

“É com tristeza e insatisfação que nós, como povos tradicionais, como povos de terreiro, vamos lembrar da morosidade e descaço com as nossas causas. Para nós é sempre mais demorado e complicado. Tivemos uma perspectiva de melhora com os cursos do 1.3, porém já se passaram mais de dois anos e até agora nada de concreto. Fico imaginando uma empresa tão grande como é a que cometeu o crime, tem força para fazer as coisas em um estalar de dedos, mas para um simples curso para reparar o irreparável, nada. A gente fica pensando o porquê dessa demora”, indaga Patrik Evangelista, da Tenda Espírita Estrela de Aruanda.

Além da Estrela de Aruanda, também aguardam pelos cursos os terreiros de candorimbê Kumbata Sanzala Kazembe Kia Mawanju e Nzo Atim Kimbé Loyá, a Guarda de Congado Nossa Senhora Imaculada Conceição de Uruçua, a aldeia indígena Kamaká Kaêha Puá e o grupo de pescadores artesanais de Esmeraldas.

Entendendo o contexto

O Anexo 1.3 do Acordo de Reparação tem o objetivo de fortalecer as políticas públicas nos municípios atingidos. Em 2021, o governo do estado, com apoio das Instituições de Justiça, realizou uma consulta pública nos 28 municípios atingidos da Bacia do Paraopeba. O processo ocorreu sem considerar a necessidade de realizar a consulta prévia aos PCTs, como previsto em Lei.

Após a consulta na Bacia, as Assessorias Técnicas Independentes alertaram para a necessidade de realizar consultas específicas aos PCTs. Elas foram feitas, mas os PCTs não puderam indicar projetos que realmente os beneficiariam, e sim escolher projetos indicados na consulta popular realizada anteriormente.

Outro ponto de atenção foi a falta de transparência financeira. Os valores de cada projeto detalhado pela mineradora não são informados.

Fotos: Iara Mireu / Nacab



NACAB

ANEXO 1.2

(Thales Viote)

Medidas judiciais da Vale para se tentar pagamento do Novo Auxílio Emergencial

Relembrando:

- PTR (Anexo I.2) se encerrou em outubro de 2025. O tópico ora apresentado se destina a manutenção de informação sobre iniciativas que suprem essa lacuna deixada.
- Associações ajuízam ação civil pública requerendo a implementação de um Novo Auxílio Emergencial e Juiz atende a esse pedido liminarmente em março de 2025
- Após recurso de agravo de instrumento da Vale, o pagamento é restabelecido pela 19ª Câmara Cível do TJMG

Ações e recursos judiciais manuseados após a derrota na 19ª Câmara Cível

Reclamação perante o Órgão Especial do TJMG – julgado monocraticamente e pelo presidente, cabe agravo interno

Exigência de caução (19ª Câmara Cível) – sem data definida para julgamento)

Que a FGV seja proibida de pagar o NAE enquanto não preste contas (18ª Câmara Cível – aguardando análise da liminar pelo Relator)

Agravo de instrumento contra a decisão saneadora – contra a inversão do ônus da prova e a participação das ATIs – liminar negada e aguardando julgamento definitivo

REsp e RE contra a decisão da 19ª Câmara Cível de 05/03/26 (serão enviados ao STJ e ao STF)

ADPF 1314 perante o STF (aguardando análise de liminar pelo Relator)

Pedido de efeito suspensivo perante o STJ – negada a liminar pela ministra relatora

Relembrando:

- Enquanto essas ações e recursos judiciais paralelos tramitam, o Juiz Murilo de Abreu segue movimentando a ação civil pública para futuramente dar a sua sentença.
- Caso a sentença seja favorável, haverá a liquidação de sentença, onde se discutirá critérios definitivos para o Novo Auxílio Emergencial.
- Juiz Murilo determinou que a FGV se manifeste acerca do desejo ou não de permanecer operando o NAE, por mais 1 ano.

ANEXO 1.3

(Antônio Carlos)

GERAL

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

ANEXO II – Reparação Socioambiental

Maria Eunice

ANEXO II.2 – Compensação socioambiental dos danos já conhecidos

OBRIGAÇÃO DE PAGAR DA VALE

Conversão em obrigação de pagar conforme decisão judicial de junho de 2024.



Saneamento básico universal da Bacia do Paraopeba



Valor previsto*

R\$ 1,41 bilhão

A iniciativa está sendo executada pelas prefeituras dos **26 municípios atingidos**, com o apoio da SEMAD e BDMG.

São **145 iniciativas de Saneamento Básico definidas** pelos compromitentes para a Bacia, destas:



2

concluídas



105

em execução



38

em desenvolvimento ou análise técnica

Dados de abril/2026

*Valores sujeitos à correção monetária e rendimentos de aplicações financeiras

Programa de Universalização do Saneamento Básico


As ações previstas no Anexo II.2 ficam sob responsabilidade das prefeituras, que podem realizá-las com suas próprias equipes ou contratar as concessionárias de saneamento para executar os projetos.

Painel de monitoramento do saneamento básico



Recursos reservado, autorizado para Região 3 em projetos de saneamento

Indicador	Valor (R\$)
Valor total de projetos	R\$ 43.138.984,07
Valor já liberado	R\$ 3.530.416,84
Valor ainda travado em projeto, licitação ou análise	R\$ 39.608.567,23

 Prazos do Programa de Universalização do Saneamento (Anexo II.2)

Envio dos projetos: Os municípios têm até 15 de julho de 2026 para apresentar seus projetos ao BDMG.

Execução das obras: Os projetos aprovados devem ser executados até julho de 2029.

Situação financeira dos municípios

VALORES			
MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
CAETANÓPOLIS	4	2.143.649,37	
Licitação em análise	1	790.000,00	
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA HIDROJATO	1	790.000,00	
Projeto em Execução	3	1.353.649,37	
COMPRA DE CAMINHÃO PIPA	1	580.000,00	
ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	1	203.321,80	
ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE SES DE CAETANÓPOLIS/MG	1	570.327,57	
Total	4	2.143.649,37	

Situação financeira dos municípios

VALORES			
MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
ESMERALDAS	13	9.271.221,61	R\$ 1.220.701,8
Projeto Com Pendências	2	1.693.803,18	
SAA - SISTEMA NOVO RETIRO	1	194.123,32	
SES - SISTEMA MELO VIANA	1	1.499.679,86	
Projeto em análise	6	1.972.782,76	
SAA - CENTRO	1	210.854,68	
SAA - SISTEMA CARACOIS	1	129.218,32	
SAA - SISTEMA MELO VIANA	1	221.859,00	
SAA - SISTEMA RURAL	1	142.271,56	
SES - SISTEMA CARACOIS	1	301.341,60	
SES - SISTEMA NOVO RETIRO	1	967.237,60	
Projeto em Execução	5	5.604.635,67	R\$ 1.220.701,8
COMPRA DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA	1	810.000,00	
SES - SISTEMA RURAL	1	933.711,46	
SES - SISTEMA CENTRO	1	1.355.690,11	
SES DO CORREGO DO MACUCO	1	2.034.766,50	R\$ 1.220.701,8
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA MACUCO	1	470.467,60	
Total	13	9.271.221,61	R\$ 1.220.701,8

Situação financeira dos municípios

VALORES				↑	↓	↕	↶	☰	🔗
MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO						
☰ FLORESTAL	2	317.512,91							
☰ Projeto em Execução	2	317.512,91							
ELABORAÇÃO PROJETO SANEAMENTO SEDE E DISTRITOS CACHOEIRA DAS ALMAS E GAMELEIRA	1	221.612,91							
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	1	95.900,00							
Total	2	317.512,91							

Situação financeira dos municípios

VALORES			
MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
FORTUNA DE MINAS	3	476.249,20	
Licitação Autorizada	3	476.249,20	
ELABORAÇÃO DE PROJETO DO BAIRRO SOLAR DOS REZENDES	1	49.836,29	
ELABORAÇÃO DE PROJETO NA RUA RENATO AZEREDO	1	134.436,24	
PMSB - FORTUNA DE MINAS /MG	1	291.976,67	
Total	3	476.249,20	

Situação financeira dos municípios

VALORES			
MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
MARAVILHAS	3	1.380.000,00	
Projeto em análise	1	892.000,00	
AQUISIÇÃO CAMINHÃO TIPO LIMPA FOSSA 4X2	1	892.000,00	
Projeto em Execução	2	488.000,00	
ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SISTEMA DE ÁGUA, SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	1	440.000,00	
REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO ? PMSB	1	48.000,00	
Total	3	1.380.000,00	

Situação financeira dos municípios

VALORES			
MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
PAPAGAIOS	8	2.610.155,68	R\$ 159.194,01
Projeto em Execução	8	2.610.155,68	R\$ 159.194,01
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SES-SEDE	1	635.023,61	
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SAA-POVOADO	1	232.876,14	
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SAA-SEDE	1	534.900,38	
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SAA-VARGEM GRANDE	1	257.781,92	
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SES-POVOADO	1	224.503,45	R\$ 127.668,71
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SES-VARGEM GRANDE	1	287.445,86	
ELABORAÇÃO DE PROJETOSDRENAGEM PLUVIAL-SEDE	1	283.172,14	
PMSB-PAPAGAIOS	1	154.452,18	R\$ 31.525,3
Total	8	2.610.155,68	R\$ 159.194,01

Situação financeira dos municípios

VALORES			
MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
PARÁ DE MINAS	7	16.977.698,32	
Licitação Autorizada	5	4.374.986,85	
AQUISIÇÃO CAMINHÃO PIPA	1	600.000,00	
AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	1	660.000,00	
AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÕES COM TANQUE PIPA	1	1.200.000,00	
CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL NOS BAIROS SENADOR VALADARES, SÃO FRANCI	1	1.114.986,85	
ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	1	800.000,00	
Projeto Com Pendências	1	10.173.000,00	
EXECUÇÃO DA AVENIDA SANITÁRIA MATHIAS LOBATO	1	10.173.000,00	
Projeto em Execução	1	2.429.711,47	
CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA PAPA JOÃO XXIII	1	2.429.711,47	
Total	7	16.977.698,32	

Situação financeira dos municípios

VALORES			
MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
PARAOPEBA	7	7.216.063,49	R\$ 1.552.921,03
Projeto em Execução	7	7.216.063,49	R\$ 1.552.921,03
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA - 19.000 L	1	1.195.200,00	R\$ 1.195.200
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO SUGA FOSSA	1	810.000,00	
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SES DA SEDE URBANA DE PARAOPEBA	1	870.945,00	
ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE DRENAGEM DE PARAOPEBA/MG	1	379.961,45	
ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE SAA DOS POVOADOS DE PARAOPEBA	1	505.455,78	
ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ÁREA RURAL DE PARAOPEBA	1	246.624,80	
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO BAIRRO PADRE AUGUSTO HORTA	1	3.207.876,46	R\$ 357.721,03
Total	7	7.216.063,49	R\$ 1.552.921,03

Situação financeira dos municípios

VALORES				↑	↓	↕	↶	☰	🔗
MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO						
▣ PEQUI	4	942.405,77							
▣ Projeto em Execução	4	942.405,77							
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	1	212.183,34							
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO NAS COMUNIDADES RURAIS	1	322.932,97							
ELABORAÇÃO PROJETO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	280.615,66							
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO MUNICÍPIO DE PEQUI - MG	1	126.673,80							
Total	4	942.405,77							

Situação financeira dos municípios

VALORES				↑	↓	↕	↶	☰	🔗
MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO						
☐ SÃO JOSÉ DA VARGINHA	5	1.804.027,72	R\$ 597.600						
☐ Projeto Concluído	1	597.600,00	R\$ 597.600						
AQUISIÇÃO CAMINHÃO PIPA	1	597.600,00	R\$ 597.600						
☐ Projeto em Execução	4	1.206.427,72							
PMSB	1	115.000,00							
PROJETO SAA SEDE SÃO JOSÉ DA VARGINHA	1	487.037,45							
SES SEDE SÃO JOSÉ DA VARGINHA - EXCETO RUA JACINTA BRAGA	1	584.044,93							
SES REDE COLETORA - RUA JACINTA BRAGA	1	20.345,34							
Total	5	1.804.027,72	R\$ 597.600						

Atuação da ATI na Região 3

As atividades foram desenvolvidas a partir das demandas das pessoas atingidas

As ações incluíram:

- Reuniões com prefeituras municipais de Maravilhas e Paraopeba, com o objetivo de tratar de pautas relacionadas ao anexo, acompanhar o andamento das ações de reparação nos municípios e atualizar informações sobre os projetos vinculados ao Anexo II.2.
- Reuniões com as Comissões Especiais de Pequi e São José da Varginha, troncos familiares da comunidade Pontinha com o objetivo de acompanhar demandas dos territórios e apresentar atualizações sobre os anexos II.2.

Atuação da ATI na Região 3

- Realização de atividades de porta a porta em Maravilhas, Boa Vista, Extrema, Troncha e Capivara, com representantes das Comissões para levantar dúvidas e registrar demandas das pessoas atingidas. sobre o Anexo II.2.
- Acompanhamento de audiências públicas sobre o Anexo II.2 em Esmeraldas, realizadas nos meses de fevereiro e março, com o objetivo de acompanhar as discussões públicas sobre os projetos vinculados ao anexo e as demandas apresentadas pelas pessoas atingidas.



DÚVIDAS, SUGESTÕES E CONTRIBUIÇÕES

Obrigado(a)! Se cuida!



@nacabmg



@nacabmg

www.nacab.org.br

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS